



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESª. HELENA CAULA REIS

049



HABEAS CORPUS Nº 20549-4 - GOIANA (1ª Vara).

IMPETRANTE: Defensor Público Carlos Alberto dos Santos Viegas.

PACIENTE: Gilliard do Nascimento Moraes.

RELATORA: Desª. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton d Araújo Barbosa Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

EMENTA: Constitucional. Penal. Processo Penal. *Habeas Corpus* Liberatório. Paciente denunciado por infração aos delitos previstos no artigo 129, § 2º, Inciso V, c/c o § 10, do Código Penal Brasileiro. Alegação de excesso de prazo. Inocorrência. Sumário da culpa concluído. Processo na fase das alegações finais. Inteligência da Súmula 52. Presença de informações nos autos sobre a existência de ameaças de morte a vítima, demonstrando a necessidade da custódia provisória do acusado. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 202549-4 da 1ª Vara da Comarca de Goiana, em que figura como impetrante, o Defensor Público Carlos Alberto dos Santos Viegas, e, como paciente, **Gilliard do Nascimento Moraes**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 16 de dezembro de 2009, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo consoante consta do parecer ministerial, relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 16 de dezembro de 2009.

Des. Antônio de Melo e Lima
Presidente em exercício

Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESª. HELENA CAÚLA REIS

050



HABEAS CORPUS Nº 20549-4 - GOIANA (1ª Vara).

IMPETRANTE: Defensor Público Carlos Alberto dos Santos Viegas.

PACIENTE: **Gilliard do Nascimento Morais**.

RELATORA: Desª. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton d Araújo Barbosa Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

RELATÓRIO

Cuida-se de pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório, com pretensão liminar, ajuizado pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, por intermédio do Dr. Carlos Alberto dos Santos Viegas, em seu favor de **Gilliard do Nascimento Morais**, qualificado às fls. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Goiana/PE.

Notícia o impetrante, na exordial de fls. 02/06, que o paciente foi preso e autuado em flagrante delito, em **05/04/2009**, pela prática do delito previsto no art. 129, §2º, V c/c §10, do Código Penal Brasileiro.

Fundamenta o *writ* na alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução criminal.

Alega ser o paciente primário, ter profissão definida, bons antecedentes e endereço certo.

Juntou documentos de fls. **10/32**.

O pleito liminar foi indeferido pela Eminentíssima Desª. Helena Caúla Reis (fls. **39/40**).

As informações da autoridade apontada como coatora foram prestadas às fls. **46/47**.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Nilton d Araújo Barbosa Filho, opinou pela denegação da ordem (fls. **53/54**).

É este o brevíssimo relatório.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESª. HELENA CAULA REIS



051

VOTO

Conforme relatado, **Gilliard do Nascimento Moraes**, recorre a este Tribunal, por meio do presente remédio heróico, para alegar, em síntese, que se encontra submetido a constrangimento ilegal, em consequência do excesso de prazo injustificável, para o término do **Processo nº 218.2009.00541-8**, a que responde perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Golana /PE.

Instada a se manifestar, a Magistrada, dita coatora, informa que, o paciente foi preso em flagrante delito, em **05/04/2009**, e, posteriormente, denunciado, em **23/04/2009**, sob a acusação de praticar a conduta típica descrita no artigo 129, § 2º, Inciso V, c/c o § 10, do Código Penal Brasileiro.

Quanto ao tráfegar processual, notícia que, em **20/05/2009**, foi juntada a defesa preliminar, momento em que foi apazada a realização da audiência de continuação da instrução e julgamento para o dia **29/05/2009**.

Outrossim, esclarece que, na audiência supramencionada, a vítima, ao ser ouvida, registrou que, a despeito de saber do seu estado gestacional, **Gilliard do Nascimento Moraes** desferiu-lhe um pontapé na barriga, com o intuito de fazê-la abortar, relatando, ainda, a ocorrência de ameaças, pelo ora paciente, que teria comentado, a sua genitora, que iria matá-la, assim que saísse da cadeia.

Aduz, também, a Juíza *a quo* que, na mesma ocasião, depois de efetivada a oitiva das testemunhas arroladas pelas partes, bem assim, do paciente, a requerimento do **Parquet**, deliberou a expedição de ofício à autoridade policial, reiterando o pedido de realização de perícia, para o fim de esclarecer a ocorrência, ou não, do aborto, decorrente das agressões sofridas pela vítima.

Por derradeiro, informa que, em **24/11/2009**, foram acostadas aos autos as alegações finais do Ministério Público, encontrando-se a citada ação penal no aguardo da apresentação, pela defesa, da respectiva peça processual e da juntada da perícia mencionada.

Em face de tais esclarecimentos, é possível concluir-se que a hipótese não configura constrangimento ilegal, pois o excesso de prazo acha-se superado, uma vez que já ocorreu o encerramento da instrução criminal.

Nesse sentido, colho o seguinte julgado:

STF: "Em alegações finais, encerrada a instrução do processo, superado está o excesso de prazo eventualmente verificado" (RT 562/426).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESª. HELENA CAULA REIS

052

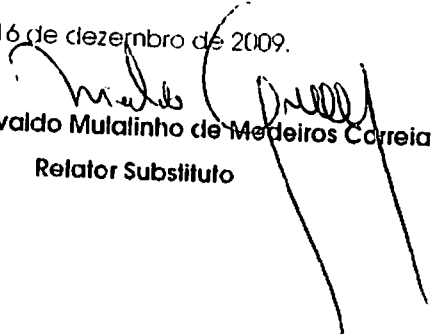


Por certo, trata-se de situação que reclama o acolhimento da Súmula 52 do STJ: *"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação do constrangimento por excesso de prazo"*.

Cumpre-me registrar, por fim que, no caso em exame, a ordem pública encontra-se, constantemente, ameaçada no seio familiar, em decorrência do comportamento agressivo do paciente, o qual, como noticiado, já comunicou a sua genitora a intenção de celfar a vida de **Dina Cardoso de Lima**, assim que estiver em liberdade.

Posto isso, acompanho o parecer ministerial e voto no sentido da denegação da ordem.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. Nivaldo Mulalinho de Medeiros Correia Filho
Relator Substituto